



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**Ata da 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de
Florestas Públicas**

Às 9h00, do dia 23 de setembro de 2014, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas/MMA, Presidente da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Roberto Brandão Cavalcanti (Ministério do Meio Ambiente - MMA), Marcus Vinicius da Silva Alves (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Luiz Novais de Almeida (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), Roque João Tumulo Neto (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI), Capitão-de-Corveta Paulo Cesar Garcia Brandão (Ministério da Defesa – MD), André Marques de Almeida Pessoa (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), Richardi Fonseca (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Fabiano Chaves da Silva (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Raquel de Oliveira Alves (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Julianna Sampaio (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), Carlos Alberto Ramos Ansarah (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), Marcus Vinício Neves d'Oliveira (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária– Embrapa), Leônidas Dahás Jorge de Souza (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Eliziário Noé Boeira Toledo (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF), Mauricio de Almeida Voivodic (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS), José de Arimatéa Silva (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC).

Também estiveram presentes os seguintes representantes do Serviço Florestal Brasileiro – SFB: Thiago Longo Menezes, Raimundo Deusdará Filho (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), José Humberto Chaves (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Henrique Dolabella (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), além de: Hildeberg da Silva (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA), Mário Cardoso (Confederação Nacional da

Indústria – CNI) e Paulo Vinicius Marinho (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama).

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – PRESIDENTE (SBF) – Diz que reconhece que a Comissão inclui pessoas que se dedicam ao assunto e conhecem a fundo a questão da gestão florestal, do mercado, das estratégias de conservação e, principalmente, o fato de estarem no País que tem a maior extensão de florestas tropicais do mundo. Reforça que é o País que tem a melhor institucionalização na área de gestão de florestas tropicais. Diz que o Brasil tem uma responsabilidade dupla na área de fazer a gestão das florestas. Enfatiza que a Comissão tem um papel múltiplo como as questões estratégicas. Informa que a apresentação sobre o CAR (Cadastro Ambiental Rural) mostrará a maior novidade em termos de recuperação, manutenção florestal na legislação brasileira e nas regiões tropicais. Lembra que no decorrer dos últimos dois anos do esforço da Comissão em geral e, particularmente, do Serviço Florestal para o sistema de concessões. Fala que a Comissão tem que ser proativa em cobrar do Serviço um desempenho cada vez mais intenso no processo de concessões. Diz que aplicar o padrão americano é uma boa notícia para as concessões florestais dentro da CGFLOP tendo em vista que o sistema que é adotado na extração florestal, na atividade florestal das concessões federais está a princípio altamente legível dentro da nova legislação americana. Fala do compromisso do Serviço Florestal e do Ministério em fazer o sistema de concessões ainda mais ágil, transparente, rápido, e efetivo, para dar o retorno nas diversas dimensões que são a gestão das florestas públicas. Diz que a Comissão de Gestão de Florestas Públicas que é composta por representantes tecnicamente qualificados e que representam tanto o Governo, como setor empresarial, comunidades científicas, acadêmica e também os movimentos sociais e uma representação ampla e diversificada, é o veículo correto para apontar estratégias, apontar políticas e também identificar os mecanismos pelos quais o sistema pode rodar com mais eficiência. Agradece a todos e passa a palavra para o Diretor Raimundo Deusdará, que fará a apresentação sobre o CAR.

1º TEMA DE PAUTA: SISTEMA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) - Realiza a apresentação sobre o Sistema Cadastro Ambiental Rural (CAR), disponível no site do SFB.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D’OLIVEIRA (EMBRAPA) – questiona se a regularização ambiental que foi mencionada na apresentação tem crédito específico e se existe algum órgão fornecendo a assistência técnica para o cidadão que usar o sistema.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que algumas regiões já estabeleceram métodos de trabalho. Diz que cada Estado adotará uma postura de apoio. Informa que no Programa de Regularização Ambiental, a responsabilidade de coordenação maior é do CAR, que está desenvolvendo as ferramentas. Diz

que tudo é um processo. Fala que o cadastro está na área de fomento para se desenhar o grande programa no sentido de fazer linhas de acesso a questão da recuperação. Continua a apresentar o sistema e suas fases de cadastro de terras.

O SR. FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Questiona se o procedimento para análise (módulo de análise do CAR) exemplificado para o Estado do Acre, vai ser realizado à medida em que cada Estado aumenta o número de cadastros.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que não. Informa que utilizaram o estado do Acre porque tem algumas condições que interessa para fazer o teste. Pois já está integrado com o SICAR. Informa que hoje o teste está sendo feito no Acre, mas modo de análise vai servir para todo o Brasil.

O SR. FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Pergunta se é um procedimento constante, à medida que faz o cadastro o CAR processa e analisa.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor do Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que é um módulo. Diz que ao finalizar o Cadastro, o módulo de análise atuará. Diz, por exemplo, que passa por várias etapas: não está em terras indígenas, não está em assentamento fundiário, não está em área embargada do IBAMA, etc. Fala que o Estado pode colocar uma peneira, o Acre, por exemplo, colocou o zoneamento do Acre. Diz que são três níveis de entrada no processo de análise. Informa que é automático, quando faz o cadastro, já entram no módulo da análise, os que estão na base já vão entrar no módulo de análise a partir do início de outubro de 2014.

O SR. FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Pergunta se Sr. Raimundo Deusdará estava acessando os cadastros por meio de um perfil do SFB ou se qualquer um pode visualizar.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que essa é a transparência do sistema. Diz que no portal de segurança, terá um relatório externo para todo e qualquer cidadão utilizar, onde as informações serão absolutamente transparentes, tirando aquelas associadas, por determinação legal, a patrimônio e a identificação física. Explica mais sobre o funcionamento sistema tela a tela e se coloca à disposição para os esclarecimentos de dúvidas.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Pergunta se as informações a exemplo do Imposto de Renda podem ser totalmente fornecidas pelo próprio proprietário.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que sim. A ideia é essa, ele pode ter um facilitador. Proprietário ou possuidor.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Pergunta se existe alguma ferramenta específica que tenha que usar, ou se pode usar qualquer ferramenta. Por exemplo, ele poderia fazer isso tudo aí com o Google maps.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) – Fala que pode. Informa que pode importar Shape X, que pode ir a campo tirar a porcentagem e ainda pode importar KML do Google.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Pergunta se declaração do CAR pode ser feita com KLM.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que vai ter que entrar no módulo, diz que é um aplicativo, é tipo Imposto de Renda, tem que baixar o aplicativo, quando chegar o geo da propriedade é que tem a opção de utilizar, tem opção de fazer GPX, trazer as coordenadas, tem opção de ir para o Google e vir importando, as sessões, e se tem uma imagem do Google numa melhor resolução, se já georeferenciou para o INCRA, pode importar esse Shape. Fala que a última opção é poder desenhar diretamente a propriedade.

O SR. ELIZÁRIO NOÉ BOEIRA TOLEDO (CONTAG) – Diz achar que haverá muitos problemas. Vão aparecer à medida que começar a ser feito com relação à questão da própria ferramenta. Diz que o sistema vai melhorar conforme vai rodando. Diz que a preocupação da CONTAG é a seguinte: ele apresentou uma propriedade pequena de quanto? 03 módulos. Nós temos um milhão e duzentos mil propriedades que tem até 02 hectares, o sistema não atinge isso. Fala que não há como fazer, porque não tem Resolução para isso, para uma propriedade muito pequena, especialmente para algumas regiões do País. Informa que a preocupação colocada é uma questão a se discutir urgentemente, é que fazer com o art. 41 do Código Florestal. Fala que o art. 41 do Código Florestal fala da questão dos incentivos, onde o problema é que há nenhum instrumento um pouco mais consistente para fazer a recuperação de áreas que estão degradadas. Diz que não acredita que vá funcionar como um sistema de financiamento, tem que ter um sistema diferenciado para acenar para os agricultores alguma possibilidade mais consistente do que fazer como tema em termo de recomposição. Questiona o porquê já faz dois anos que o Código foi aprovado, e ainda não há nenhum movimento nessa área. Questiona o que será feito tendo em vista que há a questão da cota. Diz que a cota vai atingir muito pouca gente, diz ser um universo muito reduzido. Fala que para a agricultura familiar é praticamente inexistente. Diz que se deve pensar, para saber o que oferecer de mais

consistente para os agricultores, especialmente como é que nós vamos interagir com a política agrícola.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Do Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que é otimista e então, está colocando o seguinte, a imagem é boa, mais não tem Resolução suficiente para em alguns casos atingir os pequenos proprietários. Fala que o ideal é trabalhar junto na busca dos pontos. Diz que melhor é capacitar Contag, capacitar o sindicato, CNA, prefeitura e Emater, na busca de regiões críticas, dar uma solução nacional de alta Resolução. Diz que sabe quais são os pontos que acontecem. Fala que a preocupação é válida e estão trabalhando para resolver situações, de pequenas propriedades. Diz que o pequeno proprietário cumpre as suas obrigações, mas o grande está esperando para o último dia. Diz que com relação aos incentivos há o artigo 41 que tem no Código o programa de preservação de apoio à conservação da natureza. Têm cotas do reserva ambiental, tem sequestro de carbono, tem um conjunto de ferramentas, pagamentos por serviços ambientais, só que a lei saiu preferencial, não saiu como obrigatória. Fala da atenção sempre à questão da inscrição. Diz que cota de reserva ambiental não vai resolver grandes problemas da agricultura familiar, porque os ativos excedentes são pequenos e não tem grandes ativos. Fala que vai ajudar a quem tem ativo. Quem tem assentamento fundiário vai ter problemas porque se for posse não vai poder ter cota. Diz que o pagamento de serviços ambientais é um caminho e, talvez, tem que ter um mais o outro, ter acesso à cota, ter acesso ao pagamento, ter acesso ao Pronaf, quer dizer, você terá uma estratificação para dar condições de fato de recuperação.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a apresentação e passa para o próximo item da pauta que é a apresentação dos principais itens do processo de licitação.

2º TEMA DE PAUTA: LICITAÇÃO PARA A CONCESSÃO FLORESTAL NAS FLONAS DE ITAITUBA I E II

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) - Realiza a apresentação sobre a Licitação para a concessão florestal nas Flonas de Itaituba I e II disponível no site do SFB.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a apresentação e fala sobre a proposta de concessão. Diz que essa é uma etapa no processo de concessão e que, conjuntamente com outras, faz parte da transparência e do cumprimento de requisitos legais que são impostos pela lei 11.284, que trata entre outras coisas da concessão florestal. Fala das concessões florestais que o Serviço Florestal já realizou.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Pergunta se a expectativa de produção anual é mais ou menos um metro cúbico por hectare/ano, o que num ciclo de 25 anos daria uma média de exploração de 25 metros cúbicos por hectare em cada UPA. Fala que sua experiência mostra que quando a produção chega a 15 é bom para os madeireiros. Diz que a expectativa de produção é muito alta e na prática não se realiza. Questiona sobre os dados do inventário. Pergunta se a base de produção tem conexão com o inventário que foi feito e se os 36% de aproveitamento é considerando todas as espécies, ou só as espécies que são efetivamente consideradas para o manejo florestal.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que os 36% é uma média de diferentes espécies dependendo se vai para serragem, para laminação, etc. Fala que a questão do aproveitamento é uma média ponderada levando em conta as espécies do grupo I e II dependendo da finalidade da madeira. Diz que o setor privado pode levantar seus dados, fazer a sua análise de mercado e apresentar um lance diferente do estipulado no preço mínimo, essas premissas não são vinculativas, eles não são obrigados a atender os parâmetros estabelecidos nas premissas. Ressalta que essas e outras premissas conservadoras, servem para estabelecimento do preço mínimo. Diz que com as inovações tecnológicas, o aperfeiçoamento da indústria, a maior capacitação, se consiga chegar aos parâmetros. Diz que, se porventura, se explorar menos do que está estabelecido, isso vai resultar num pagamento menor.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Diz estar surpreso com o otimismo que vocês têm quanto a produção de madeira na região citada na apresentação, que seria uma média de 25 metros cúbicos por hectare, que é o limite da legislação, inclusive. Pergunta se a média é simplesmente uma média que usam como padrão, ou se ela é fundamentada no inventário que foi feito.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que todas são premissas de modelagens de preço. Fala que é um potencial de produção. Diz que a média utilizada com premissa é de 20 metros cúbicos de produtividade, utilizada com base no inventário. Explica que se considera os inventários para caracterizar os grupos de valor das espécies comerciais e trabalha-se com a volumetria máxima de 20 metros cúbicos, independentemente, inclusive do ciclo, até porque o ciclo de 25 anos é de aproximadamente 22 metros cúbicos, e o de 30 anos é de cerca de 25 m³. Fala que as concessões do Serviço Florestal, chegam hoje, na média, na Floresta Nacional de Saracá a 17 metros cúbicos, por ha/ano, mas esse é um processo que está em evolução. Fala que em Jamari, já se alcançou a 15 metros cúbicos. Explica que as empresas ainda não estão atuando na sua plena capacidade sendo inclusive variável em função da safra, dos contratos de fornecimento das espécies, com determinados volumes numa safra, diferentemente em outra. Fala que do ponto de vista do Serviço Florestal os inventários são utilizados para definição dos grupos de valor.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Sugere que se trabalhe com uma base mais realista. Diz que não é somente uma condição da indústria em si, mas sim do que o mercado poder absorver na região. Diz que no caso, a medida mais óbvia e correta seria utilizar o potencial identificado pela região durante o inventário. Fala que se o inventário colocou que têm no grupo I e II, um potencial de exploração de 40 ou 50, aplica a regrinha de 36% e estabelece esse valor para o cálculo da estimativa da produção anual resultando numa visão muito mais realista no ponto de vista de formação de preços por edital.

A Sr.^a. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI) – Pergunta se o grupo I e II que usa é madeira dura e madeira branca.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Explica que o grupo de valor não é formado em função da característica da madeira, é formado por grupos de mercado. Fala que a partir do inventário se faz a pesquisa de preço no raio de 150 quilômetros da floresta, identificando todos os grupos de valor. Ressalta que há 4 grupos valor que estão associados as espécies de grande valor comercial, independente se são duras, sendo o grupo II em sua maioria de espécies vermelhas, o grupo III, espécies mistas, e o grupo IV das espécies brancas. Diz que o que determina não é grupo de espécies brancas ou grupos de espécies vermelhas e sim os grupos de valor determinado pela pesquisa no mercado local, que esse mercado local significa num raio de 150 da floresta.

A SR.^a. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI) – Diz que na floresta estadual que trabalha havia três grupos que são madeira branca, dura e nobre. Questiona se o SFB já observou que o valor que será cobrado na Floresta Estadual do Amapá, nas florestas públicas estaduais, se como vão trabalhar os valores para as florestas federais para não gerar conflito.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que com relação às florestas estaduais não há como o SFB responder. Diz que nos últimos contratos assinados na Floresta Nacional do Crepori os valores foram de R\$ 19,00 e R\$ 22,00, portanto acima do preço mínimo. Fala que cada floresta tem sua própria modelagem. Informa que do ponto de vista do Serviço Florestal esse processo de modelagem tem um conjunto de informações e de variáveis objetivas que são dependentes das características da área. Fala que o preço apresentado como preço mínimo, inclusive nas audiências públicas para a concessão na Flona de Caxiuanã foi de R\$ 75,00, que foi contratado 11 e 22 nas duas unidades. Diz que não tem um preço, o preço de concessão é X por metro cúbico, cada caso é um caso.

A SR^a. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI) – Pergunta se nunca teve nenhuma relação de conversa dos gestores das florestas federais com as das estaduais.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que existe cooperação, mas, os Estados são autônomos assim como a União é completamente autônoma no processo de modelagem no âmbito das suas florestas Estaduais ou Federais. Fala que não há nenhum processo de interferência, nem de recomendação, especialmente do Serviço Florestal, pois não é desejável aparentar ou haver qualquer interferência da União. Diz que o Serviço Florestal, sempre que é demandado apoia dentro das condições e das limitações que possui.

O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI) – Pergunta porque tem tanta importância um indicador A4 em relação aos outros indicadores sendo que entende que os outros três teriam mais importância tanto para a comunidade quanto para a própria floresta.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que o serviço florestal busca conseguir ter um processo de estruturação de projeto de concessão, que incorpore as melhores práticas de concessão a nível mundial. Relata que uma das questões discutidas é a formação de Sociedade de Propósitos Específicos (SPE). Informa que os ganhos são enormes, inclusive para qualidade e longevidade do empreendimento. Informa que é uma grande contribuição para economia local, para as comunidades. Fala que o poder público tem que buscar a consolidação de uma política pública no tempo. Diz que a questão da SPE é muito importante sendo até cogitado dela ser uma obrigação contratual. Mas avalia que os setores envolvidos ainda não estão prontos para que se torne uma obrigação contratual. Fala que o Serviço Florestal introduziu a SPE como um critério classificador.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Sugere que cada indicador tenha 3 ou 4 anos para o cumprimento, tendo em vista que os primeiros anos são muitos pesados em termos de investimento, para a empresa não ficar preocupada em cumprir detalhes do contrato, enquanto fica preocupada em executar o manejo.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que ajustes têm sido feitos ao longo do tempo e os editais cada vez mais refletirão a qualidade da operação sob concessão ao longo do prazo de implementação.

O SR. MARCOS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Fala que deveria ter mais atenção com as informações de logística e acesso à área. Diz que tudo isso é algo que a empresa deveria saber com maior antecedência antes de participar do edital.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que no caso de Itaituba I e II, as condições de logística são melhores e diz que em todos os editais as condições de logística estão sempre devidamente descritas. Explica como é a logística em Caixiana.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA SILVA (SBPC) – Fala que o Amapá hoje tem uma política florestal sistematizada, com um dos eixos principais para o desenvolvimento do setor no Estado colocado sobre a Floresta Estadual do Amapá que representa 16,5% do Estado. Informa que é preciso fazer uma distinção, onde o Acre não faz concessão florestal, o que faz é gestão direta da floresta estadual, e o Amapá está tentando fazer uma concessão nos moldes do que estabelece a lei de gestão de florestas públicas. Informa que um dos objetivos da SBPC no estado foi de elaborar uma minuta de lei de gestão de florestas públicas que ainda não foi implantada. Diz que o Amapá tem a intenção fazer com que as empresas locais tenham condição de participar da concessão, sendo talvez uma explicação pelo fato do baixo preço mínimo. Fala da realidade de Itaituba que é diferente dos outros. Fala que a função principal de uma concessão é um papel estratégico de ordenamento setorial, e em alguns casos até de ordenamento de território. Diz que a questão de preço numa primeira concessão tem peso, sendo importante conseguir viabilizá-la. Diz que o Acre não faz concessão florestal até agora, mas tem a intenção de fazer no Complexo do Gregório, no entanto uma das questões cruciais é como levar interessados para participar de uma concessão florestal em Cruzeiro do Sul.

A Sr.^a. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVES DE OLIVEIRA (CNI) – Fala que participou do processo do Antimari em 2004, e diz que foi concessão direta. Diz que a preocupação não é a questão dos valores, e questiona se a floresta de Macauã, na qual várias empresas estão interessadas, será a concedida até 2015. Fala da realidade de cada floresta e que a madeira está a cada dia mais complicada para trabalhar, o que preocupa, porque a única forma de manter floresta em pé é com o manejo florestal sustentável. Diz que a cada dia se procura mecanismos para fazer com que o setor se reestabeleça, se fortaleça e continue trabalhando.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a Sr.^a Adelaide. Fala que a intenção do Serviço Florestal Brasileiro é trabalhar para aperfeiçoar continuamente o processo de concessão, que não depende só do poder público e sim de vários atores. Fala que infelizmente grandes compradores no Brasil estão começando a ter posições cada vez mais conservadoras em relação às demandas por madeira tropical, especialmente da Amazônia. Fala que na medida em que a União e os Estados puderem atuar como indutores em processos de compras governamentais e terem condição de pagarem mais pela madeira com garantia de origem, poderia haver um salto bastante razoável na ampliação da escala do manejo florestal para produção sustentável na Amazônia. Fala que o momento é de mudanças e que as próximas gestões devem estar atentas porque na realidade, o manejo florestal “amazônico” vive

hoje momentos bastante difíceis com tendência a se agravar, se nada for feito no sentido ter políticas integradas à política de concessão florestal.

3º TEMA DE PAUTA: SISTEMA DE CADEIA DE CUSTÓDIA DAS CONCESSÕES FLORESTAIS FEDERAIS

O SR. JOSE HUMBERTO CHAVES (Gerente de Monitoramento Florestal/SFB) – Realiza a apresentação sobre o sistema de cadeia de custódia das concessões florestais federais, disponível no site do SFB.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a apresentação do José Humberto e passa a palavra para o sr. Marcos Vinício.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Parabeniza o projeto e diz que o problema de volume do inventário *versus* volume extraído é crônico na Amazônia inteira há bastante tempo. Pergunta se o SFB faz ou pensa em fazer algum controle de máquinas e equipes via GPS e pede mais detalhe sobre o sistema *web* pós-serrarias.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que ainda não foi criada nenhuma obrigação contratual, em relação ao uso do manejo de precisão, com controle das atividades por meio de GPS. Diz que o SFB está criando nos contratos mecanismos de indução para utilização dessas ferramentas. Explica com o módulo de serraria funciona na prática mostrando as funcionalidades do sistema.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Informa que na Embrapa estão desenvolvendo um banco de dados com uma função parecida. Pergunta se todo o sistema é *online*.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que o sistema será atualizado online por meio da Internet, mas a gestão da informação pelo concessionário pode ser realizada também de forma *off line*. Informa que o concessionário pode coletar a informação ao longo do dia com um coletor de dados qualquer e, no final do dia, sincronizar e atualizar o sistema.

O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS) – Parabeniza a evolução no desenvolvimento do sistema e agradece a atualização das informações para o CGFLOP. Diz que um bom Sistema de Cadeia de Custódia é fundamental para as concessões e que é muito útil, por várias razões: a primeira delas é porque facilita para o concessionário, pois ao entrar na concessão e já existir um sistema pronto, o concessionário já tem um benefício de operar um sistema que já está desenvolvido e testado. O segundo, é que o Serviço Florestal Brasileiro tem

um controle quase que diário da produção nas flonas. A terceira razão é a questão de um controle para o mercado. Entende que o Serviço Florestal Brasileiro não deveria se propor a fazer o controle e que deveria ser feito por mecanismos privado, por várias razões: primeiro, porque se foge do rol dos concessionários, está fora do rol de atuação do Serviço Florestal. Segundo, porque se esperar aumentar a escala das concessões, em algum momento o controle por parte do Serviço Florestal Brasileiro vai se tornar um gargalo no processo e terceiro, porque, se em algum momento der algum problema como saber de quem é a responsabilidade. Reconhece a importância da iniciativa e que é fundamental e necessário, ajudando muito os concessionários e cuida, com uma boa qualidade, de uma boa parte da questão, que é enquanto o processamento da madeira está sob responsabilidade do concessionário que tem uma relação direta com o Serviço Florestal, mas quando sair desse espectro, se perde a cadeia de custódia e o controle para fora dos concessionários, entende que não deveria fazer parte da expectativa do Serviço Florestal. Agradece

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Explica que o Sistema de Cadeia de Custódia da concessão vai permitir a rastreabilidade da madeira produzida pelo concessionário, desde que venha de concessão. Caso seja adquirida de outra fonte, não vai ser rastreada. Diz que para além das concessões, a rastreabilidade será preservada desde que aquele pacote ou fardo seja transacionado conforme a especificação que saiu do concessionário. Fala que cada vez mais a madeira vai sair do concessionário pronta para um determinado consumidor final, na forma de piso, deque, etc. Diz que o que vai além disso, ultrapassa a competência do Serviço Florestal e, de alguma maneira, já existe o processo voluntário de certificação, e certificação da cadeia de custódia. Frisa que no início da apresentação, falou que o processo de governança da concessão permite uma implementação de um Sistema de Cadeia de Custódia relativamente eficiente.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que o sistema não tem nenhuma pretensão de atuar fora do escopo das concessões. Diz que o concessionário hoje pratica o manejo, faz o processamento primário e comercializa a madeira serrada, até a porta de saída, tudo sob controle. Informa que, eventualmente, se o concessionário realizar a comercialização final do produto, ele vai estar, do ponto de vista desse sistema, entregando ao consumidor final uma madeira que será rastreada, porque ele é o concessionário. Mas, se ele entrega para qualquer terceiro que vai fazer qualquer tipo de manipulação, não é pretensão desse sistema de cobrir. Informa que o importante é fazer no âmbito de toda a cadeia da concessão, ter o melhor controle possível.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Diz que funciona enquanto é tora. Entende que depois que serra o controle é muito difícil. Fala que as toras são controladas de uma maneira muito eficiente na zona de produção e quando são transportadas para a indústria chega a um ponto final, tendo em vista que a madeira que será utilizada para a

construção de peças é muito difícil de ser separada uma da outra. Diz que o sistema é muito bom que vai funcionar com eficiência enquanto tora, mas na comercialização de peças será muito difícil ter um controle, pois todos possuem mais de que um fornecedor. Diz ser muito difícil de ter a manutenção do controle dessa natureza, mesmo o concessionário.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que o sistema também está dedicado ao concessionário e a madeira que tem origem na concessão e continua no âmbito do contrato. Fala que é um sistema de acompanhamento do contrato, porque tem questões que estão relacionadas a indicadores de agregação de valor, o que tem a ver com a madeira processada.

O SR. PAULO VINÍCIUS (IBAMA) – Cumprimenta todos e informa que até o dia 17 de novembro o IBAMA estará implementando o SINAFLOR, que é o Sistema Nacional de Gestão Florestal. Fala que o sistema entregará a parte de cadastramento de propriedades com os módulos de licenciamento das propriedades, as autorizações de manejo, supressão, uso alternativo do solo, que tem integração com o sistema de controle. Informa que atualmente há 23 estados que assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para implementação do SINAFLOR. Fala que uma das implementações, trazendo as experiências positivas do Serviço Florestal, é para o Plano de Manejo Florestal, um módulo de depuração de corte, onde se tem um plano de manejo que vai ser aprovado, e o crédito não será migrado automaticamente para o Sistema de Controle de Produtos. Diz que o crédito (produto) vai ser gerado a partir do momento que em campo, quando o detentor do projeto vai informar o corte do produto e vai inserir no sistema, através de *upload*, as informações das dimensões da tora, a partir daí é gerado um crédito automático para o sistema. Diz que o sistema resolve parte dos problemas. Relata que outra situação em que há um avanço é a rastreabilidade da madeira. Ressalta que o Sistema DOF faz um balanço de massa. Fala que a ideia de rastreabilidade e de códigos de barras é uma rastreabilidade interna. Informa que não é um código de barras que vai no produto, mas é um código de barras que vai no sistema e que ele vai acompanhando esse produto em mil partes que ele seja desdobrado, sempre tendo a preocupação dessa especificação por parte da origem. Diz que, além disso, à integração com a Nota Fiscal Eletrônica está sendo trabalhada, o que para Receita vai ser importante, porque hoje se têm um problema de arrecadação, e porque se tem uma maior fidelidade do produto que é declarado na Receita para o produto que é declarado no Sistema DOF. Ressalta que é preciso mecanismos de controle realmente mais eficientes, e o IBAMA tem buscado as experiências positivas do Serviço Florestal nas concessões florestais.

O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI) – Ressalta em nome da CNI e das empresas concessionárias, que esperam que todas as empresas tivessem o mesmo controle, pois não adianta ficar só entre os concessionários, porque se vende para o mesmo cliente. Diz que o órgão tem que pensar no usuário do sistema, porque há um gasto mensal de internet para usar as

funções do sistema que em algumas vezes não funciona por causa da localidade. Fala que a questão da integração com a nota fiscal, se for um arquivo só para gerar nota e DOF diminuirá os custos de exploração tendo em vista que a empresa fica parada 20 minutos no processo. O romaneio nós fazemos em 2 minutos. A nota, em 1 minuto, o DOF demora entre 5 a 8 e o documento de Serviço, 20.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que a preocupação com o novo sistema é resolver o problema. Diz que o sistema anterior foi desenvolvido em uma plataforma tecnológica já obsoleta.

O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI) – Pergunta se já pode se fazer tudo *off-line*, no caso, fazer o arquivo carregar.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que no novo, pode fazer *off-line*, depois submete-se a partir de arquivo estabelecido. Fala que se entrar árvore por árvore, estará pronta a opção para isso.

O Sr.^a. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI) – Diz que o que preocupa são os problemas de acesso a internet. Ressalta que o IBAMA fica até 12 horas com a página do DOF fora do ar. Diz que se houver mais implementação, o sistema vai ficar mais carregado. Ressalta a preocupação com a rastreabilidade e a cadeia de custódia, porque existem concorrentes desleais, que são os que fazem de qualquer jeito, pois o DOF e a nota fiscal eletrônica são muito fáceis de burlar. Diz que ainda tem muita coisa que tem que ser feitas. Fala que o setor florestal que trabalha sério está acabando, porque estão criando tanto sistema, tanta forma de fazer, que nada simplifica, só complica. Fala que a atitude do Serviço Florestal é louvável, mas tem que juntar com o Ibama, com a Embrapa para sistematizarem, simplificarem e acompanharem e conhecerem tudo o que as empresas fazem. Diz que há muito que simplificar para incentivar as industriais florestais a continuarem fazendo manejo de baixo impacto na Amazônia, se não vai simplesmente acabar o setor.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que entende a preocupação, mas ressalta que o Sistema de Cadeia de Custódia das concessões está sendo desenvolvido para um ambiente da concessão florestal, o que preconiza um nível de organização já diferenciado em relação à média e o fato é que se tem hoje uma crise de credibilidade do setor madeireiro no Brasil que precisa, pelo menos para concessão, enfrentar esse problema e criar condição para o concessionário, de alguma maneira com respaldo do Serviço Florestal Brasileiro, dizer que a madeira vem do contrato de concessão da flona tal, contrato de longo prazo. Diz que hoje os concessionários já utilizam o Sistema de Cadeia de Custódia da floresta até a indústria e que o sistema está sendo aperfeiçoado. A premissa do Serviço Florestal Brasileiro é permitir que o concessionário continue utilizando o sistema

próprio e gere as saídas necessárias para utilizar o Sistema de Cadeia de Custódia, sendo assim, a produção poderá se vendida rastreada, porque atendeu os princípios e os critérios estabelecidos no Sistema de Cadeia de Custódia da Concessão.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a apresentação do José Humberto e pede para continuar com a próxima apresentação.

4º TEMA DE PAUTA: AUDITORIAS INDEPENDENTES DAS CONCESSÕES FLORESTAIS

O SR. JOSE HUMBERTO CHAVES (Gerente de Monitoramento Florestal/SFB) – Realiza a apresentação sobre Auditorias independentes das concessões florestais, disponível no site do SFB.

O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS) – Parabeniza a apresentação e fala que o tema foi muito debatido no processo de elaboração da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Questiona se há outras ONGs que fazem auditorias independentes, tendo em vista que a IMAFLORA é a única acreditada pelo INMETRO para auditoria florestal. Fala que os concessionários não estão buscando ou não estão demandando a Auditoria Florestal Independente segundo a Lei e deve-se pensar como criar mecanismos para estimular que o concessionário também se interesse em ter Auditoria Florestal Independente como uma forma de dar transparência para suas atividades, para mostrar que suas atividades de produção estão sendo feitas com qualidade. Diz que hoje a acreditação do Inmetro para as entidades que podem fazer a Auditoria Florestal Independente é específica para essa atividade de auditoria na concessão florestal nos termos do Contrato de Concessão Florestal, no entanto, o Inmetro também faz a acreditação de organismos para fazer a certificação de cadeia de custódia pelo Sistema CERFLOR. Informa que já existe uma regulamentação e que se fosse incluído que os organismos acreditados para fazer a certificação de cadeia de custódia pudessem também fazer a auditoria nas atividades de processamento para identificar a madeira que vem de uma floresta de concessão, que teve uma Auditoria Florestal Independente, seria garantida a cadeia de custódia por meio de um mecanismo privado ao longo de toda a cadeia produtiva até o consumidor final. Questiona quais os mecanismos podem ser criados para estimular o concessionário a fazer a Auditoria Florestal Independente. Fala que o paralelo com a certificação florestal pode ser um caminho para se pensar. Diz que é um caminho muito interessante de buscar sinergias com as certificações florestais para criar mecanismos que estimulem os concessionários a fazer suas auditorias florestais independentes.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Fala que a apresentação do José Humberto demonstra o processo de aprendizado que o Serviço Florestal Brasileiro está enfrentando para aperfeiçoar e harmonizar os diferentes comandos da Lei. Que

há questões que foram trazidas durante a regulamentação (no Decreto) e também questões de natureza contratual que, por alguma razão, também precisam ser equalizadas do ponto de vista jurídico-administrativo da gestão do contrato. Informa que existe um contato permanente com o Inmetro para minimizar os custos de transação para o concessionário e para o Poder Público. Ressalta que é necessário fazer de forma consensual, considerando os aspectos que constam do contrato e reconhece que há necessidades de ajuste. Passa a palavra para José Humberto.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que o Serviço Florestal conseguiu em articulação com o Inmetro, de alguma maneira simplificar o processo de acreditação e minimizar um custo que existia. Diz que a acreditação para Auditoria Florestal Independente era uma acreditação específica, independentemente do organismo estar acreditado no Inmetro para certificar em manejo florestal no CERFLOR e agora não. Fala que agora um organismo que está acreditado para Manejo Florestal Independente já está automaticamente acreditado para Auditoria Florestal Independente, bastando, para isso, simplesmente acrescentar o escopo de Auditoria Florestal Independente, o que é um custo a menos para o organismo e, conseqüentemente, um custo a menos que seria repassado para o concessionário. Diz que outra preocupação do Serviço Florestal Brasileiro na definição dos procedimentos é tentar usar uma linguagem mais próxima possível da linguagem já adotada para certificação.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Questiona primeiramente até que medida a Certificação Florestal já não cobre o que seria feito por uma Auditoria Independente. Diz que o Serviço Florestal Brasileiro também faz o monitoramento das atividades e tem duas cláusulas bastante importantes: a primeira diz respeito a impacto gerado por operações florestais, que faz parte do edital, e a segunda, que é de monitoramento da dinâmica da floresta, questiona como estão fazendo e quais os resultados que já obtiveram.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que tanto o indicador de avaliação de dano, quanto de crescimento da floresta não são uniformes em todos os contratos. Exemplifica com o primeiro contrato, que é o contrato de Jamari, cujo prazo de análise de exigência desses indicadores já expirou. Diz que o Serviço Florestal Brasileiro está construindo metodologia para conseguir quantificar os danos, e aí a ferramenta que hoje está sendo mais promissora para esse tipo de avaliação é o uso do LIDAR e que existem várias metodologias para a avaliação de campo que poderiam ser utilizadas, no entanto, seriam extremamente custosas. Diz que, em relação às parcelas permanentes, variam de contrato para contrato a obrigação de instalação das parcelas, onde as primeiras parcelas já foram instaladas seguindo as diretrizes da Rede de Parcelas Permanentes, e o que se faz é verificar a qualidade da instalação: se a marcação está sendo bem feita, se a medição está sendo feita de forma correta, e o Serviço Florestal Brasileiro está começando a receber os primeiros dados agora, portando não dá ainda para tirar nenhuma conclusão, porque ainda são as primeiras parcelas.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Agradece a explicação e fala que na 7ª versão do PAOF foram 319.000 hectares e tinha um contrato para ser assinado de 53.000 hectares. Diz que para chegar no número 100% da área das três unidades de conservação seria 667.000 hectares de áreas concedidas a partir de 2015, tendo em vista que a área de Itaituba será explorada em 2016, o que dá uma oferta anual de madeira de 543.000 m³ por ano, considerando 14.000.000 da produção, que são os dados oficiais o que é 3,9% do volume de madeira da Amazônia anual e existe um sistema de monitoramento e de controle sendo estruturado na inverdade de 4% do volume que circula da produção florestal na região, o que preocupa, pois os sistemas de controle estão sendo muito bem aprimorados, mas na prática para controlar um volume muito pequeno de madeira. Questiona o que fazer com os 14.000.000 de m³.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que os números das últimas concessões federais serão apresentados nos informes. Há em contratos assinados em operação no âmbito federal, 480.000 hectares e isso não está considerando aquelas que estão em licitação, como é o caso da Flona de Altamira, que tem 360.000 hectares em processo de licitação, nem tampouco Caxiuanã, cujo edital não foi lançado, mas o processo começou aqui na CGFLOP e já foram realizadas as audiências públicas, como também Itaituba, que está iniciando. Diz que se o Serviço Florestal pretende lançar o edital no final do ano, senão no início do ano que vem. Seja Itaituba I e II, seja Caxiuanã, entrarão em operação provavelmente em 2016, colocando madeira no mercado em 2017. Diz que no âmbito estadual, o Pará tem algo em torno de 500.000 hectares, onde tudo somado dá 1.000.000 hectares sob concessão no Brasil, o que é pouco. Fala que não basta ter toda atuação no que diz respeito a concessões florestais e o país não ter uma Política Florestal Nacional, com ações que se estendem muito além das concessões. Espera-se que a partir de 2015 abra-se essa nova perspectiva. Agradece as participações e passa para o último ponto de pauta, a apresentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, pelo Fabio Chicuta, o Coordenador do Fundo no Serviço Florestal.

5º TEMA DE PAUTA: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF

O SR. FÁBIO CHICUTA (Coordenador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal/SFB) – Realiza a apresentação sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, disponível no site do SFB.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece ao sr. Fábio e passa a palavra para o sr. Marcus Vinício.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (Embrapa) – Pergunta por que um foco tão grande na Caatinga. Questiona se é alguma estratégia do Serviço Florestal Brasileiro, e como é a definição de prioridades dos projetos encaminhados ao SFB.

O SR. FÁBIO CHICUTA (FNDF) – Informa que ao final de todo ano há o lançamento do PAAR (Plano Anual de Aplicação Regionalizada), colocando em linhas gerais quais os principais temas. Diz que são 20 anos de pesquisa sobre manejo florestal na Caatinga, sendo mais fácil fazer fomento e apoiar projetos onde há clareza do que precisa ser feito. Informa que dinheiro para projetos é raro.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Sugere que o SFB dê maior atenção a Amazônia, especialmente em dois temas: manejo florestal comunitário e restauração florestal, pois há maior necessidade de suporte para área de restauração florestal.

O SR. FÁBIO CHIKUTA (FNDF) – Pergunta se é manejo madeireiro.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Diz que madeireiro também.

A Sr^a. AUGUSTA (ICMBIO) – Informa que é representante do Icmbio e trabalha nas unidades de conservação, mais especificamente nas florestas nacionais. Diz que acompanhou todos os planos de manejo elaborados nos últimos anos para as Unidades de Conservação da BR 163, Caxiuanã, Crepori, Jamari, Itaituba 1 e 2 e em todas elas, ou na maioria, há um componente, que é o manejo florestal comunitário. E o principal gargalo para nós implementarmos esse manejo florestal comunitário nessas flonas é exatamente viabilizar recursos que fomentem isso. Então eu acho que nós precisamos ter uma aproximação entre as ações do Serviço Florestal, porque nós estamos disponibilizando áreas para as concessões florestais e nós precisamos de apoio de vocês para o desenvolvimento de projetos de manejo florestal comunitário, seja ele madeireiro ou não madeireiro dentro de florestas nacionais que estão sendo concessionadas.

O SR. FÁBIO CHIKUTA (FNDF) – Diz que é importante estreitar o diálogo. Fala que a maior parte das chamadas dos projetos apoiado pelo FNDF foi feito conjuntamente com a equipe técnica da Gerência Executiva de Manejo Florestal Comunitário do SFB e que, inclusive, alguns são específicos para unidades de conservação federais.

O SR. MAURÍCIO DE ALMEIDA VOIVODIC (FBOMS) – Pergunta se dá para fazer uma projeção de qual será o valor do Fundo nos próximos 3 a 5 anos, considerando essas áreas que já estão em processo de concessão de licitação. Fala que a expectativa é que esse Fundo se torne realmente um importante indutor de desenvolvimento florestal nos diversos biomas. Alerta para

importância de pensar em manejo comunitário na Amazônia. Fala que é relevante o apoio que está sendo dado. Pergunta qual é o cenário projetado para os próximos anos.

O SR. FÁBIO CHIKUTA (FNDF) – Responde que hoje, ainda há dificuldades de se fazer um planejamento considerando o estágio das concessões. Fala que já trabalharam anteriormente com projeções. Diz que a perspectiva para os próximos anos é de ter recursos. Fala que recurso da concessão é muito mais tranquilo para se trabalhar, conseguindo ter projeções e saber que se pode fazer um contrato para 5 anos. Ressalta que até o momento as arrecadações ainda estão crescendo e não chegaram ao patamar esperado.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que se consegue fazer projeção com o mínimo de segurança com base apenas nos contratos assinados, porque naqueles em processo de licitação o grau de incerteza é alto. Fala do exemplo com o edital de Altamira. Diz que foi lançado no ano passado. Em razão das características, demos quase seis meses de prazo para abertura dos envelopes, tempo suficiente para as empresas se prepararem. Contudo, ao longo do processo as empresas entraram com recursos umas contras as outras. Fala que o grau de incerteza é grande até chegar à assinatura de contrato e quando se faz projeções com base só nos indicativos, há grande frustração. Ressalta que só após a assinatura do contrato, que há arrecadação e pagamento assegurados, pode-se fazer projeções. Hoje, após o lançamento de um edital, leva-se, na média, seis meses para a contratação.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a apresentação do Fabio Chicutta e dá prosseguimento a reunião com os informes.

1º INFORME: PAOF 2015

O SR. ANDRÉ ANDRADE (Serviço Florestal Brasileiro) – Apresenta informe sobre o Plano de Outorga Florestal de 2015.

2º INFORME: II Prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (Serviço Florestal Brasileiro) - Apresenta informe sobre o II Prêmio em Estudos e Mercados Florestal.

3º INFORME: Concessões florestais Federais e Estaduais

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Serviço Florestal Brasileiro) – Apresenta informes sobre as concessões florestais Federais e Estaduais.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Serviço Florestal Brasileiro) - Agradece a presença de todos os membros da CGFLOP e pela ativa participação na reunião. Agradece a equipe do Serviço Florestal. Encerra a 29º Reunião Ordinária da CGFLOP, informando que assim está cumprida a determinação legal de ter no mínimo duas reuniões ordinárias da CGFLOP, a cada ano.